



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE.**

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ ATRAVÉS  
DA SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
MEIO AMBIENTE, E O INSTITUTO DE INCLUSÃO SOCIAL  
SOL NASCENTE**  
**N.º 022/2006**

**CONVÊNIO FEMA /SECTAM/ INSTITUTO DE INCLUSÃO SOCIAL SOL NASCENTE**

O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, através da **SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE**, CNPJ/MF nº 34.921.783/0001-68, sediada à Travessa Lomas Valentinas, nº 2.717, neste ato representado por seu titular, Dr. **MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 5034985 via SSP/PA, CPF/MF nº 100.428.227-34, residente e domiciliado na cidade de Ananindeua-Pa, BR-316, Km – 02/ Alameda Moça Bonita, nº 54, doravante denominada **SECTAM**, e o **INSTITUTO DE INCLUSÃO SOCIAL SOL NASCENTE**, CNPJ/MF N.º 07.374.940/0001-90, sediada à Rua Frei Miguel de Bulhões, 212, Perpétuo Socorro, Cep: 68.660-000, São Miguel do Guamá/PA, neste ato representado por sua Presidente **LUCIENE VAZ MENDES**, brasileira, residente e domiciliado, na cidade de, São Miguel do Guamá/PA, na Rua Magalhães Barata, 75, Centro, Cep: 68.660-000, portadora do RG: nº 1804778 SSP/PA, CPF/MF nº 304.244.102-49, doravante denominado **INSTITUTO**, resolvem mediante as cláusulas e condições a seguir, Celebrar o presente Convênio.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente Convênio tem por finalidade a cooperação financeira entre os partícipes objetivando o projeto "**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SÃO MIGUEL DO GUAMÁ**".

## CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### I - Compete a **SECTAM**:

- a) Efetuar a transferência dos recursos financeiros na ordem de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), a serem pagos, em 04 (quatro) parcelas iguais de 5.000,00 (cinco mil reais), nos meses de abril, maio, junho e julho /2006.
- b) Prestar orientação técnicas ao atendimento das ações de competência do **INSTITUTO** nas questões pertinentes a realização do objeto deste Convênio.

### II - Compete ao **INSTITUTO**

- a) Utilizar os recursos exclusivamente dentro do estabelecido na Cláusula Primeira do objeto deste Convênio.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários previstos na Cláusula Segunda, item I, deste instrumento, correrão à conta da seguinte Classificação Orçamentária 1854210422835 – Fonte: 016.

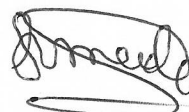
**SUBCLÁUSULA ÚNICA** - Os recursos serão mantidos em conta bancária específica, somente sendo permitidos saques para o pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho.

## CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do total dos recursos recebidos deverá ser apresentada ao Tribunal de Contas do Estado, sessenta dias após o término da vigência do presente, devendo ser remetida a **SECTAM** cópia da respectiva prestação de contas, acompanhada do protocolo de entrega no TCE.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - A prestação de contas deverá ser elaborada com rigorosa observância da legislação em vigor, devendo constituir-se dos seguintes documentos:

- a) cópia do Plano de Trabalho;
- b) cópia do Convênio;
- c) relatório de execução físico-financeira;
- d) demonstrativo de execução da receita e despesa, evidenciando o saldo e os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso;
- e) relação de pagamentos efetuados;
- f) relação de bens adquiridos;





g) conciliação bancária;  
h) comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta indicada pela  
SECTAM;

i) cópia do despacho adjudicatório das licitações realizadas, ou justificativa para a sua dispensa, com respectivo embasamento legal;

j) relatório de cumprimento do objeto (relatório técnico);

k) cópia das Notas Fiscais, Recibos e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas, devidamente autenticadas.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - A não apresentação da Prestação de Contas, no prazo estipulado nesta Cláusula, acarretará na devolução dos recursos, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei a partir da data de seu recebimento.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do **INSTITUTO**.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA PUBLICAÇÃO**

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses a contar da data de sua publicação, que deverá ser efetuada sob a forma de extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo de dez dias, contados da data de sua assinatura.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA AÇÃO PROMOCIONAL**

Em qualquer ação promocional relacionada com o objetivo do presente Convênio será obrigatoriamente destacada a participação do Governo do Estado do Pará e da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ADITAMENTOS**

Sempre que se fizer necessário ao bom andamento dos trabalhos, as partes, de comum acordo, poderão alterar este Convênio mediante Termo Aditivo, com exceção da alteração de seu objeto.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO**

Constitui motivo para rescisão deste Instrumento, o inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) falta de apresentação dos relatórios de execução físico-financeira e da prestação de contas, nos prazos estabelecidos.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA** - O presente Convênio também poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes ou denunciado, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.



## CLÁUSULA NONA - DOS BENS

Os bens patrimoniais (equipamentos e material permanente), adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos oriundos deste Convênio, serão incorporados ao patrimônio do Estado, através do tombamento e do registro, podendo, conforme interesse público e após desafetação, serem doados ao beneficiário, INSTITUTO nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DO OBJETO DO CONVÊNIO

Fica responsável a servidora **FRANCISCA LÚCIA PORPINO TELLES**, pela supervisão, acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Convênio.

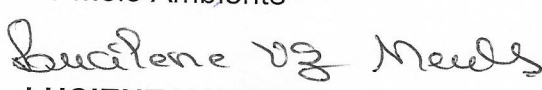
## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belém, capital do Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer controvérsia decorrente da execução do presente Convênio.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para que produzam entre si os efeitos legais.

Belém, 30 de março de 2006.

  
**MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO**  
Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia  
e Meio Ambiente

  
**LUCIENE VAZ MENDES**  
Presidente do Instituto de Inclusão Social Sol Nascente

TESTEMUNHAS:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_



do e autorizado pelo - IBAMA.

confere, em favor do beneficiário da mesma,

possessórios que possam vir a configurar domínio ou

regularização fundiária, vedado a transferência desta AUERF,

como da área objeto a terceiros, sob quaisquer condições.

Art. 3º - A AUERF será restrita à área referida na ADIP e objeto de exploração anual, definida pelo sistema de talhões conforme o Plano de Manejo Florestal Sustentável aprovado e autorizado pelo IBAMA.

Art. 4º - A AUERF terá a vigência de 01 (hum) ano, podendo ser renovada conforme interesse da Administração Pública desde que tenha sido cumprido todas as exigências estabelecidas pela ADIP e por esta AUERF. Parágrafo Único - Para ter direito a renovação da AUERF o usuário terá que solicitar renovação da ADIP junto ao ITERPA e nova AUTEX aprovada pelo IBAMA.

Art. 5º - A AUERF será cancelada de imediato independente de notificação ou interpelação judicial e sem quaisquer ônus para o erário estadual, quando não forem observadas as exigências estabelecidas na ADIP, no plano de manejo florestal sustentável aprovado e autorizado pelo IBAMA, e nas obrigações fixadas nesta AUERF.

Art. 6º - Os beneficiários que possuem a ADIP anterior a publicação deste instrumento serão notificados para, em 15 dias, regularizarem sua situação junto a SECTAM.

Parágrafo Único - ocorrendo o descumprimento do estabelecido no caput deste artigo, será comunicado imediatamente ao IBAMA para efeito de suspensão do Plano de Manejo Florestal Sustentável.

Art. 7º - A AUERF considerará a superveniência de Lei Federal ou Estadual regulamentando a gestão, o uso e ao aproveitamento de áreas públicas de florestas.

Art. 8º - O beneficiário da AUERF deverá pagar ao Estado, a título de contribuição em dinheiro ao Fundo Estadual de Meio Ambiente - FEM, pelos recursos florestais a serem explorados na área anteriormente especificada e devidamente registrados na autorização de exploração - AUTEX, liberada pelo IBAMA.

§ 1º - O pagamento será efetuado mediante Documento de Arrecadação Estadual - DAE, no código de receita nº 1255-6, com os valores a seguir especificados em classes de madeiras de acordo com a tabela aplicada pela Secretaria da Fazenda Estadual (branca, vermelha, nobre e es, al).

§ 2º - Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, fica estabelecido o valor em Unidade Padrão Fiscal, ou índice que venha a substituir este, por metros cúbicos: 3,70 UPF/m³ para madeira branca; 7,40 UPF/m³ para madeira vermelha; 17,30 UPF/m³ para madeira nobre e 34,60 UPF/m³ para madeira especial.

Art. 9º - A referida contribuição incidirá, inicialmente, sobre o volume de exploração prevista na AUTEX, a ser pago em até 12 (doze) parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo a 1ª no ato de recebimento da presente autorização.

Parágrafo Único - Os beneficiários que já possuem a ADIP, concedida pelo ITERPA, bem como a AUTEX expedida pelo IBAMA, em data anterior a publicação deste instrumento, terá que resgatar de imediato o número de parcelas correspondentes aos meses decorridos. O saldo será dividido de maneira a cumprir o período referido no caput deste artigo.

Art. 10 - caso o beneficiário pretenda explorar um volume menor que o constante na AUTEX, deverá indicar essa perspectiva no requerimento da AUERF para redução da base de cálculo do volume, devendo obrigatoriamente apresentar, ao final da exploração, cópia do relatório pós-exploratório protocolado no IBAMA.

§ 1º - Caso o valor devido pelos recursos efetivamente explorados seja maior que o valor previsto no requerimento da autorização, deverá o beneficiário efetuar o recolhimento da diferença em cota única, em data designada pela SECTAM.

§ 2º - No caso do beneficiário não apresentar o relatório pós-exploratório, a SECTAM fará a cobrança da diferença, considerando o valor total constante da AUTEX do IBAMA.

Art. 11 - Respeitado o sigilo industrial, o pedido e a AUERF será objeto de publicação ressumida, paga pelo interessado, no Diário Oficial do Estado em periódico de circulação local.

Parágrafo Único - As publicações a que se refere este artigo deverão ser efetuadas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da protocolização e do pedido e do recebimento desta autorização, conforme registrado no setor de protocolo da SECTAM.

Art. 12 - A AUERF constituir-se em título executivo extra-judicial nos termos do Art. 585, inciso II do Código de Processo Civil brasileiro. DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE

Belém, 29 de março de 2006  
MARCELO GABRIEL SQUEIRA GUERREIRO  
Secretário Executivo da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

MODELO DE AUTORIZAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

AUTORIZAÇÃO DE USO DE RECURSOS FLORESTAIS EM ÁREA DEVOLUTA DE DOMÍNIO ESTADUAL

Nº \_\_\_\_\_

VALIDADE DE: DE \_\_\_\_\_

A Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM, na qualidade de órgão executor da Política Ambiental e da Política Florestal do estado, com fundamento na Lei Estadual nº 5.457, de 11 de maio de 1988, combinada com o disposto no art. 8º, inciso II da Lei Estadual nº 5.887/95, Decreto Estadual nº 5.565, de 11 de outubro de 2002, neste ato representado por seu Secretário Infra-assinado, concede a presente AUTORIZAÇÃO DE USO DE RECURSOS FLORESTAIS EM ÁREA DEVOLUTA DE DOMÍNIO ESTADUAL, com fundamento na Resolução COEMA nº 033/2005.

FAVORECIDO:

CNPJ/CPF Nº:

INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº

ENDEREÇO:

IMÓVEL DENOMINADO:

LOCALIZADO NO MUNICÍPIO:

em área do patrimônio fundiário estadual, conforme Processo Nº /2008 do ITERPA, com os limites, dimensões, confrontações e demais especificações técnicas no verso desta autorização.

O Titular desta AUTORIZAÇÃO deverá observar os termos da Portaria Nº \_\_\_\_\_

SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PORTARIAS

PORTARIA Nº 139/2006 - GAB / SECTAM DE 31/03/2006

ASSUNTO: CONCESSÃO DE DIÁRIAS

NOME E MATRÍCULA DOS SERVIDORES:

-SEBASTIÃO ANÍSIO DOS SANTOS - 3254593/1

-CLÁUDIO FRANCO DE MELO - 5092647/1

-MARINALDO ANTÔNIO GONÇALVES - 0086207/1

LOCAL: CASTANHAI / APEÚ / PA

PERÍODO: 10 A 13/04/2006

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 E ½ (TRÊS E MEIA)

OBJETIVO: APOIAR AS ATIVIDADES DE ROÇAGEM, TRANSPORTE

DE MUDAS FLORESTAIS E REPLANTIO NA ÁREA DA NASCENTE

PRINCIPAL DO RIO APEÚ COM A PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS DO

GRUPO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (GEA).

PORTARIA Nº 140/2006 - GAB / SECTAM DE 31/03/2006

ASSUNTO: SUPRIMENTO DE FUNDO

NOME E MATRÍCULA DO SERVIDOR:

-CLÁUDIO FRANCO DE MELO - 5092647/1

VALOR DO SUPRIMENTO: R\$ 100,00 (CEM REAIS)

ELEMENTO DE DESPESA:

PTRES: 272835

FONTE: 016

33.90.30

R\$ 100,00

PERÍODO DE APLICAÇÃO: 30 (TRINTA) DIAS APÓS O SAQUE DO

RECURSO

DATA DA CONCESSÃO: 31/03/2006

PORTARIA Nº 141/2006 - GAB / SECTAM DE 31/03/2006

ASSUNTO: CONCESSÃO DE DIÁRIAS

NOME E MATRÍCULA DOS SERVIDORES:

-PAULO LIMA GUIMARÃES - 5569672/1

-GILBERTO GONZALEZ PINA - 5654777/1

LOCAL: BARCARENA E TAILÂNDIA / PA

PERÍODO: 10 A 13/04/2006

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 E ½ (TRÊS E MEIA)

OBJETIVO: EXECUTAR O DOWNLOAD DOS DADOS

METEOROLÓGICOS DAS ESTAÇÕES NOS REFERIDOS MUNICÍPIOS

E FAZER MANUTENÇÃO DAS MESMAS.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Nº do Convênio: 022/2006

Partes: SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO

AMBIENTE E INSTITUTO DE INCLUSÃO SOCIAL SOL NASCENTE

Objeto: COOPERAÇÃO FINANCEIRA, ENTRE AS PARTES, PARA O PROJETO "EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SÃO MIGUEL DO GUAMÁ".

Vigência: 03/04/2006 a 03/10/2006

Valor: R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), A SEREM PAGOS, EM 04

(QUATRO) PARCELAS IGUAIS DE 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), NOS

MESES DE ABRIL, MAIO, JUNHO E JULHO /2006.

Dotação Orçamentária: 1854210422835

Fonte de Recurso: 016

Foro: BELÉM

Data da Assinatura: 30/03/2006

Ordenador Responsável: SECRETÁRIO EXECUTIVO DE CIÊNCIA

TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE - MANOEL GABRIEL SIQUEIRA

GUERREIRO.

Responsável pela Entidade Receptora dos Recursos: PRESIDENTE

DO INSTITUTO DE INCLUSÃO SOCIAL SOL NASCENTE - LUCIENE

VAZ MENDES

Endereço das Partes: TRAV. LOMAS VALENTINAS, 2717, MARCO, CE-PA

66.095-770 (SECTAM), E. RUA FREI MIGUEL DE BULHÕES, 212,

PERPÉTUO SOCORRO, CEP: 68.660-000 (SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/

PA)

PORTARIA

PORTARIA Nº 142/2006 - GAB / SECTAM DE 31/03/2006

ASSUNTO: REVOGAÇÃO DE PORTARIA

NOME E MATRÍCULA DO SERVIDOR:

MÁRCIA GERCILENE PEREIRA BEM BOM - 5458071/1

Nº / DATA DA PORTARIA ANTERIOR: 744/2004 - 05.10.2004

MOTIVO DO ASSUNTO DA PORTARIA ANTERIOR: REVOGAÇÃO DO

SERVIDOR PARA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA.

CARGO / FUNÇÃO / LOTAÇÃO: DITLOGRAFO / DEAF -

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Nº do Convênio: 021/2006

Partes: SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO

AMBIENTE E INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO

PARÁ - IDEHPA

Objeto: COOPERAÇÃO FINANCEIRA, ENTRE AS PARTES, PARA O

PROJETO "AÇÕES COMUNITÁRIAS, TRANSMITINDO

CONHECIMENTOS DE ASSOCIATIVISMO/COOPERATIVISMO E MEIO

AMBIENTE".

Vigência: 03/04/2006 a 03/06/2006

Valor: R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), A SEREM PAGOS, EM 02

(DUAS) PARCELAS DE 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), NOS MESES DE

ABRIL E /2006.

Dotação Orçamentária: 1854210422835

Fonte de Recurso: 016

Foro: BELÉM

Data da Assinatura: 30/03/2006

Ordenador Responsável: SECRETÁRIO EXECUTIVO DE CIÊNCIA

TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE - MANOEL GABRIEL SIQUEIRA

GUERREIRO.

Responsável pela Entidade Receptora dos Recursos: PRESIDENTE

DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO PARÁ - IDEHPA

- LINDA NORA MARIA RIBEIRO FERREIRA

Endereço das Partes: TRAV. LOMAS VALENTINAS, 2717, MARCO, CEP:

68.095-770 (SECTAM), E, PASSAGEM SÃO PEDRO, C/ RUA SÃO

DOMINGOS, Nº 153 - MONTESE, CEP: 68.077-650 (BELÉM/PA).

SECRETARIA EXECUTIVA DE  
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

Secretário: Ramiro Jaime Benites  
Av. Presidente Vargas, 1020 - (91) 3241-4500

DESIGNA PREGOIEIRO

PORTARIA Nº 055 DE 31 DE MARÇO DE 2006

RESOLVE:

DESIGNAR como Pregoeiro desta Secretaria CLAUDEIR JOSÉ

MARQUES FIGUEIRA, Técnico de Planejamento, e como Equipe de

Apoio os servidores MAYRA KALEID MOREIRA, Diretora do

Departamento de Fomento Industrial, MARIA AUGUSTA AMELO

PATERNOSTRO CORREA, Administradora, LUCIANA PEREIRA SOUZA

CASTELO BRANCO, Assessora, pelo período de 01 (um) ano a contar

da publicação deste ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Secretaria Executiva da Indústria, Comércio e Mineração, em 31 de

março de 2006.

RAMIRO JAIME BENITES

Secretário de Estado Executivo



### 1. DADOS CADASTRAIS

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE/PROPONENTE</b> INSTITUTO DE INCLUSÃO SOCIAL "SOL NASCENTE"				<b>C.G.C</b> 07.374.940/0001-90	
<b>ENDEREÇO</b> RUA FREI MIGUEL DE BULHÕES, 212 – BAIRRO: PERPÉTUO SOCORRO					
<b>CIDADE</b> SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	<b>UF</b> PA	<b>CEP</b> 68.660-000	<b>DD/TELEFONE</b> 91-3446-1650	<b>EA</b> ONG	
<b>CONTA CORRENTE</b>	<b>BANCO</b> BANPARÁ	<b>AGÊNCIA</b>	<b>PRAÇA DE PAGAMENTO</b>		
<b>NOME DO RESPONSÁVEL</b> LUCIENE VAZ MENDES				<b>CPF</b> 304.244.102-49	
<b>CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR</b> 1804778 – SEGUP-PA	<b>CARGO</b> Presidente	<b>FUNÇÃO</b> Presidente	<b>MATRÍCULA</b>		
<b>ENDEREÇO</b> Rua Magalhães Barata, 75 - Centro				<b>CEP</b> 68.660-000	

### 2. OUTROS PARTICIPES

<b>NOME</b>	
<b>ENDEREÇO</b>	<b>CEP</b>

### 3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

<b>TÍTULO DO PROJETO</b>		
Educação Ambiental em São Miguel do Guamá	<b>INÍCIO</b>	<b>TÉRMINO</b>
	03/04/06	03/10/06
<b>IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO</b>		
<p>Realizar ações sobre meio ambiente, através de educação ambiental, visando mudanças no hábito de consumo da população, dando enfoque pedagógico na redução, reutilização e reciclagem do lixo doméstico nos bairros: de Pataueteua, P. Socorro e Maurício Cardoso de Ataíde.</p>		



## JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

A redução, reutilização e reciclagem do volume de lixo produzido nas cidades tem sido um dos temas mais preocupantes da agenda das organizações da sociedade civil e de algumas esferas do poder público, principalmente do ponto de vista da capacidade de sustentação do ecossistema urbano e da degradação da qualidade de vida nas cidades.

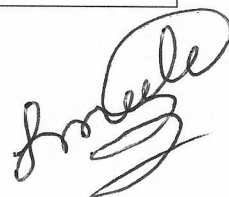
O modo de vida urbano é um fator determinante da degradação ambiental e no comprometimento crescente da qualidade de vida. A complexidade do estilo de vida das cidades, combinada a um pesado marketing, geram nas pessoas uma necessidade de consumo intensivo. Uma parcela significativa de novos objetos e produtos lançados no mercado não são efetivamente indispensáveis para assegurar uma boa qualidade de vida. O excesso de embalagens descartáveis é outro fator gerador de resíduos. Evidentemente o processo de degradação ambiental inicia-se na produção; da extração da matéria-prima ao descarte, detectam-se procedimentos de alto impacto não só na natureza, mas também na saúde humana.

É neste recorte do problema que o presente projeto pretende atuar, construindo ações de educação ambiental capazes de contribuir para o crescimento do nível de informação, de conhecimento e de educação nos bairros de São Miguel do Guamá, acerca dos problemas ambientais urbanos, com ênfase na questão do lixo doméstico, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da comunidade e a construção de novos padrões de sustentabilidade urbana.

Enfatizamos ainda, a importância fundamental de que as estratégias voltadas para a mudança nos padrões de consumo urbanos possam contar com ações complementares de educação e de comunicação criativas e mobilizadoras, utilizando as ferramentas pedagógicas da educação ambiental.

Primamos pelo desenvolvimento de ações locais, com participação efetiva das comunidades, que sejam instigantes e desafiadoras e com potencial demonstrativo de que a construção de novos hábitos e condutas em relação ao meio ambiente urbano podem promover mudanças significativas no equilíbrio da relação homem natureza, além de preservar os recursos naturais estratégicos para a manutenção da qualidade de vida dos moradores da cidade.

Nesse sentido, busca-se a construção da cidadania ecológica a partir de ações de educação ambiental focadas na mudança dos atuais padrões de consumo urbano visando à minimização da produção de resíduos favorecendo a construção de estratégias de inclusão social.





## **METODOLOGIA**

Acreditamos que “A educação ambiental é um dos instrumentos mais importantes para promover a mudança necessária nos cidadãos provocando o incomodo de passá-los de desconhecedores dos problemas para espectadores; de espectadores para atores e produtores das ações; de desinteressados para comprometidos e co-responsáveis pelas ações; de responsáveis pelos problemas para parceiros das soluções; de indiferentes para apaixonados pelo tema.”.

Procuramos através das atividades propostas criar um ambiente favorável ao processo de mudança dos hábitos de consumo urbano, no nível familiar e individual, visando a redução do consumo de produtos, o desperdício de materiais e a reutilização destes últimos, contribuindo para diminuir as pressões da produção sobre nossos recursos naturais.

É necessário que as pessoas sintam-se motivadas e acreditem em sua capacidade de provocar e construir mudanças, entendendo que os cidadãos mobilizados são capazes de criar ou transformar uma situação social.

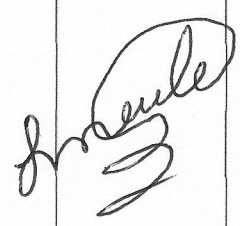
Para isso devem ser usadas formas criativas de comunicação e mobilização que mexam com as percepções e sentimentos das pessoas em relação a determinados hábitos e conceitos, criando condições para o estabelecimento de mudanças permanentes em seus comportamentos em relação ao meio em que vivem.





## 1. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META	ETAPA FASE	ESPECIFICIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			UNID.	QUANT	INÍCIO	TÉRMINO
01	1.1	Capacitação técnica em Educação Ambiental	Curso	01	Mai/06	Mai/06
02	2.1	Palestras de Sensibilização	Evento	03	Jun/06	Jun/06
03	3.1	Oficinas de reciclagem de papel	Curso	03	Jul/06	Jul/06
	3.2	Oficinas de aproveitamento de materiais descartados	Curso	03	Jul/06	Jul/06
	3.3	Grito Ambiental (Caminhada Ecológica)	Evento	01	Ago/06	Ago/06



# 5. PLANO DE APLICAÇÃO ( R\$1,00)

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL	CONCEDENTE	PROPONENTE
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			
	1. Aquisição de Material	12.000,00	12.000,00	-
	2. Material de divulgação	4.000,00	4.000,00	-
	3. Pagamento de pessoal	4.000,00	4.000,00	-
TOTAL		20.000,00	20.000,00	-

*Handwritten signature*



**6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$1,00)**  
**CONCEDENTE**

META	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
					5.000,00	5.000,00
META	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	5.000,00	5.000,00				

**PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)**

META	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
META	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

**7. DECLARAÇÃO**

Na qualidade de representante legal do proponente declaro para fins de prova junto a **SECTAM**, para efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no Orçamento do Estado na forma deste Plano de Trabalho.

Pede Deferimento,

*Luciene Vaz Mendes*  
**LUCIENE VAZ MENDES**  
*Presidente*

São Miguel do Guamá (Pa), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2006.

**8. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE**
**APROVADO**

\_\_\_\_\_  
 Local e Data

\_\_\_\_\_  
 Secretário de Meio Ambiente